

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI nº 837**

Dá nova redação a Lei 749 de 12.05.1997 aos Art. 1º e seu § 2º Art. 2º e seu § Único, Art. 3º itens I e V, Art. 4º, Art. 6º, Art. 7º, Art. 9º, Art. 10º, Art. 12º, Art. 14º, Art. 15º e seu § Único, Art. 16º, e seu § Único, Art. 17º letra " b", Art. 20º, Art. 25º, § 1º do Art. 26º, Art. 27º, Art. 28º e Suprime seus parágrafos e Art. 30º.

**CAPÍTULO PRIMEIRO**

**Disposições Iniciais. Criação. Natureza do Conselho Tutelar**

**Art. 1º.** - Fica criado o Conselho Tutelar do município de Angelina, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

**§ 1º** - A autonomia do Conselho Tutelar é de natureza funcional, ou seja, em matéria técnica de sua competência cabe-lhe decisões e aplicar medidas sem qualquer interferência externa.

**§ 2º** - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas pelo próprio Conselho e revistas pela autoridade Judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse (arts. 137, 99 e 100, ECA).

**Art. 2º.-** O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros eleitos pelos cidadãos locais para mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição (Art. 132 do ECA).

**Parágrafo Único** - Para cada Conselheiro Tutelar haverá um Suplente eleito no mesmo processo eleitoral, obedecendo aos requisitos do Tutelar.

**CAPÍTULO SEGUNDO**

**Da escolha dos Conselheiros Tutelares**

**Art. 3º.-** São exigidos para a candidatura do Conselho Tutelar e Suplentes, os seguintes requisitos :

I - reconhecida idoneidade moral;

- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no município;
- IV - Demonstrar experiência na promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- V - Possuir escolaridade em nível de segundo grau completo.

**Art. 4º.-** Todos os procedimentos para a escolha dos Conselheiros Tutelares serão realizados sob a responsabilidade do CMDCA e a fiscalização da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Município de Angelina, Comarca de Santo Amaro da Imperatriz (art. 139, ECA).

**Art. 5º.-** Atendidas as disposições da Lei Federal N º 8.069/90 e desta Lei, o CMDCA definirá, por resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas, forma e prazo, para as suas impugnações, os atos preparatórios, assembléia conjunta do CMDCA e do Fórum de entidades, a apuração dos votos, a proclamação dos escolhidos e sua posse.

**Art. 6º.-** A eleição para escolha dos novos conselheiros deverá ocorrer até no máximo, trinta (30) dias antes do termino do mandato dos atuais conselheiros.

**Art. 7º.-** O CMDCA fixará edital de convocação na portaria do prédio da Prefeitura Municipal, nas igrejas , clubes e outros locais de grande concentração popular, até 40 (quarenta) dias antes do pleito, contendo entre outras informações necessárias, o prazo para inscrição das candidaturas, a data e o local da assembléia para a escolha.

**Art. 8º.-** O Presidente do CMDCA comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da comarca, o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital (art. 139, ECA).

**Art. 9º -** Os candidatos deverão encaminhar requerimento de inscrição de suas candidaturas junto ao CMDCA até 15 (quinze) dias após publicação do edital de convocação nos locais citados no artigo 7 e comprovar o preenchimento dos requisitos de que trata o art. 3º. e 4º.

**Art. 10 -** Encerrado o prazo de inscrição, o presidente do CMDCA fará publicar edital no edifício da Prefeitura e locais citados no artigo 7º com a relação dos inscritos, e declarando aberto o prazo de 7 (sete) dias para impugnações a partir da publicação.

**§ 1º -** a impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança e do adolescente.

**§ 2º -** Simultaneamente à publicação e pelo prazo de 10 (dez) dias, o Presidente do CMDCA encaminhará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude todos os requerimentos de inscrição, para a fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal

N ° 8.069/90, ocasião em que este poderá apresentar as impugnações que entender cabíveis.

**Art. 11** - Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 5 (cinco) dias.

**Art. 12** - Encerrados os prazos de que tratam os artigos 10 e 11, uma Comissão Especial do CMDCA analisará, no prazo máximo de 7 (sete) dias, os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas se houverem emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

**Art. 13** - Ao votar finalmente os pedidos, o CMDCA dará atenção especial aos requisitos dos incisos I e IV do art. 3º desta Lei, mencionando as razões em caso de indeferimento da inscrição, mandando publicar edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

**Parágrafo Único** - em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o CMDCA deverá examinar a idoneidade e experiência dos candidatos, não só em declarações, atestados ou certidões formais, mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como entrevista pessoal com o candidato, testemunhos e outros, podendo realizar diligências para elucidar aspecto relevante.

**Art. 14** - Realizada a assembléia de escolha, para a qual deverá ser convidado o Promotor de Justiça da Comarca (art. 139 do E.C. A) sob pena de nulidade, concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do CMDCA fará publicar Edital no edifício da prefeitura e locais citados no artigo 7º com os nomes dos conselheiros e suplentes escolhidos, e seus respectivos sufrágios, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo.

**Art. 15** - Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e tomarão posse perante este e o CMDCA, entrando em exercício no dia seguinte a posse ou ao término do mandato de seus antecessores.

§ 1º – Tendo em vista a urgência no primeiro processo eleitoral após a publicação desta lei, os prazos ficarão reduzidos para 25 dias (Art. 7º), 5 dias (Art. 9º, 10º e seu § 2º) 3 dias ( Art. 11 e 12) e escolhidos em Assembléia Geral, pelo voto direto e secreto dos representantes das entidades governamentais e não governamentais.

§ 2º - As entidades governamentais de que trata o parágrafo anterior são: Secretaria da Educação, Cultura e Desporto; Secretaria da Saúde e Assistência Social; Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Transportes e Obras e a secretaria de Administração e Finanças.

§ 3º - As entidades não governamentais são aquelas existentes no município e cadastradas junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 15

(quinze) dias após a expedição do Edital de Convocação para a realização de Assembléia Geral.

### **CAPÍTULO TERCEIRO**

#### **Dos impedimentos, vedações e competência**

**Art. 16** - São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro(ou nora), irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado(art. 140 do E.C.A).

**Parágrafo Único** - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da infância e da Juventude, em exercício na comarca, Foro Regional ou Distrital ( parágrafo Único do art. 140 do E.C.A).

**Art. 17** - É vedado ao conselheiro tutelar:

- a) Cobrar ou receber honorários das pessoas, a qualquer título, pelo exercício das funções previstas nesta lei;
- b) Divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome de criança ou adolescente a quem se atribua ato infracional, bem como qualquer ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, relativo a tal fato, na forma dos arts. 143 e parágrafo único e 247 da Lei Federal N ° 8.069/90- E.C.A.
- c) Usar sua função pública para fazer proselitismo político partidário.

**Parágrafo Único** - Desejando candidatar-se a cargo eletivo da política partidária, deverá afastar-se de suas funções com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência ao pleito.

**Art. 18** - Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante no art. 147, da Lei Federal N ° 8.069/90 (art. 138 ECA).

### **CAPÍTULO QUARTO**

#### **Da perda do mandato e dos suplentes**

**Art. 19** - Perderá automaticamente o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime doloso, por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente ou que transferir residência para fora do Município de Angelina.

**Art. 20** - Poderá ainda ser cassado o mandato do conselheiro tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres de seu cargo ou infringir o item I do artigo 133 do E.C.A apurando-se o fato através de inquérito administrativo instaurado pelo voto da maioria absoluta do CMDCA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

**Art. 21** - Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o CMDCA solicitará exoneração ao chefe do Poder Executivo e convocará o respectivo suplente.

**Art. 22** - Na hipótese de vacância ou de substituição temporária do titular, será convocado a assumir o suplente mais votado.

## **CAPÍTULO QUINTO**

### **Do exercício da função e da remuneração dos conselheiros**

**Art. 23** - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo (art. 135, ECA).

**Art. 24** - O conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDCA.

**Art. 25** – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a buscar recursos para fazer frente as despesas desta Lei, em cargos e funções não preenchidos.

**§ Único** – Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar (art. 134, § único ECA).

**Art. 26** - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o CMDCA e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para a sua instalação, bem como o apoio necessário ao seu bom funcionamento, como pessoal, meios de comunicação, veículo e outros.

**§ 1º** - O Conselheiro Tutelar titular terá de cumprir 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, porém, sua atuação bem como dos demais membros será permanente ou seja, contínua e ininterrupta, mantendo plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções e dos Regimentos Internos dos C.M.D.C.A e Tutelar respectivamente.

**§ 2º** - O Conselheiro mais votado assumirá a Presidência do Conselho, desde que apresente no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação dos resultados da eleição, declaração sob as penas da lei encontrar-se desimpedido para o exercício das funções em dedicação exclusiva, sob pena de ser convocado o seguinte mais votado e até que sejam atendidas as exigências, acompanhando nestes casos para todos efeitos o vice conselheiro.

**Art. 27** - O Conselheiro tutelar mais votado, e apenas este, terá função efetiva desempenhada na sede do Município ou em Distrito Municipal designado pelo Chefe do Poder Executivo, em regime de dedicação exclusiva, percebendo pelos serviços, valor pecuniário na forma de prestação de serviços e equivalente ao Cargo em

Comissão da Prefeitura Municipal, nível CC-5, com reajuste na mesma data e percentual que ocorrer o reajuste no pessoal da Prefeitura, sem direito a férias, décimo terceiro salário, licenças, horas extras, enfim, sem as prerrogativas de servidor ou empregado municipal.

**§ 1º** - Os demais Conselheiros Tutelares eleitos, terão atuação sempre que forem provocados por fatos capitulados no estatuto da Criança e do Adolescente ou quando convocados pelo Conselheiro Tutelar Presidente ou pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e nestes casos, mediante relatório do CMDCA ao Prefeito, perceberão ajuda de custo no valor a ser fixado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, não podendo ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor percebido pelo conselheiro titular.

**Art. 28** - Sempre que ocorrer fatos previstos nos Art. 21 e 22 desta Lei, o Suplente empossado responderá pelos direitos e deveres do titular afastado.

**Art. 29.**-Tratando-se porém, de agentes públicos eleitos para mandato temporários, mesmo sendo reconduzidos uma vez, os Conselheiros Tutelares não adquirem ao término de seus mandatos, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou estabilidade na condição de funcionário nos quadros da administração pública municipal.

**Art. 30.-** Elegendo-se algum servidor público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo efetivo, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação da remuneração das duas funções.

**Art. 31.-** O funcionário público federal ou estadual que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar, deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Município, e caso eleito, poderá optar pelos vencimentos de sua origem, desde que a legislação de sua entidade estatal lhe faculte.

## **CAPÍTULO SEXTO**

### **Das atribuições do Conselho Tutelar**

**Art. 32.-** São atribuições do Conselho Tutelar (art. 136, ECA):

I - Atender crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos que lhes são reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- e em razão de sua conduta (art. 98, 103 a 105, do ECA).

Aplicando-lhes, isolada ou cumulativamente, conforme o caso, as seguintes medidas:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporários;

- c) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) Inclusão em programas comunitários ou oficiais de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) Abrigo em entidade assistencial.

II - Atender e aconselhar os pais ou responsável por criança ou adolescente em situação de risco, e se for o caso, aplicar-lhes as medidas de :

- a) encaminhando-a a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) inclusão em programas de tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a cursos ou programa de orientação;
- d) encaminhamento à tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamentos especializados;
- g) Advertência.

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) Requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) Representar junto a autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança e do adolescente.

V - Encaminhar à Autoridade Judiciária os casos de sua competência.

VI - Providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I à VI, do E. C. A, para o adolescente autor de ato infracional.

VII - Expedir notificações.

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente, quando necessário.

IX - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - Representar, em nome de pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente (art. 202, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Federal c/c art. 136, X, ECA).

XI - Representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de irregularidades em entidade de atendimento ou infração administrativa às normas de proteção à criança ou adolescente, para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas, pela autoridade judiciária (art. 95, 191 e 194, do E.C. A).

XII -Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão de pátrio poder, em caso de maus tratos ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável e havendo necessidade de ser afastado o agressor da companhia da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente os fatos ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude (art. 130, 201, III, ECA).

XIII - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no art. 131 da Lei Federal N º 8.069/90, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

§ 1º - ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar conferirá sempre o seu registro civil e, verificando sua inexistência ou grave irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da comarca para os fins do art. 102 e 148, parágrafo único, letra H, do E.C.A.

§ 2º - O abrigo a que se refere à letra g do inciso I, deste artigo, é medida provisória e excepcional e só será realizado em estabelecimento aberto, sem caráter restritivo da liberdade, salvo as normas internas peculiares da entidade, nem duração superior ao necessário para a reintegração à família natural ou colocação em família substituta.

## **CAPÍTULO SÉTIMO**

### **Das Disposições Finais**

**Art. - 33** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições das Leis Municipais nºs 805 de 24.09.1999 e 749 de 12.05.1997 nos seus Artigos, itens e parágrafos constantes de ementa que contrariem esta lei, ficando ratificados os demais dispositivos.

Angelina, 16 de março de 2001 .

Ailton Laudelino Andrade  
Prefeito Municipal